TRADIÇÃO DA ARQUITETURA RURAL NO SUL E SUDESTE: DO SÉCULO XVI AO XX

Cíntia Miua Maruyama[1]
Leandro Carlos Fernandes[2]

RESUMO

A arquitetura rural brasileira constitui um universo a ser explorado. A autoria das edificações rurais, na maior parte, é dos proprietários ou de terceiros, sem formação acadêmica. Esse afastamento da academia resultou em falta de registros e relativo desconhecimento da arquitetura rural. Este estudo busca contrastar os traços tradicionais da arquitetura no meio rural com a arquitetura rural do passado que deixou de ser usual. Abrange desde o século XVI até o XX. Contribui para que se compreenda até onde o que se faz hoje é uma continuação de tradições do passado. Neste sentido, colabora para a elaboração de um percurso histórico para a arquitetura enquanto elemento da paisagem rural. Como método, recorre-se à revisão de literatura, apoiando-se em títulos relevantes para a temática explorada. A literatura acessada cobre desde o período colonial até meados do século XX e permitiu identificar elementos tradicionais do ambiente construído e de seu entorno (jardins, hortas e pomares) firmemente arraigados no imaginário coletivo.

Palavras-chave: arquitetura rural; arquitetura tradicional rural; arquitetura vernacular.

1 INTRODUÇÃO

A arquitetura rural brasileira é rica e diversificada. A autoria dos projetos das edificações rurais, em grande parte, é dos próprios proprietários ou de terceiros, sem formação acadêmica. Isso quando há projeto representado efetivamente, seja como rascunhos ou na forma pranchas gráficas propriamente ditas. Por outro lado, quando existe um responsável técnico identificável, este geralmente não possui formação em arquitetura e urbanismo. Os arquitetos, até pouco tempo, se dedicavam quase exclusivamente às edificações urbanas.

A literatura acerca da tradição da arquitetura no meio rural é escassa. Daí a justificativa deste estudo, é importante identificar os traços da arquitetura tradicional na arquitetura rural atual e entender quais características da arquitetura atual constituem continuidade de tradições.

Este artigo, entendendo projeto arquitetônico como elaboração prévia do ambiente a ser construído, busca colaborar para a elaboração de um percurso histórico para a arquitetura,

[1] Arquiteta e urbanista pela FAU/USP (2001), mestre em Engenharia Urbana (UEM/2013), docente da UCEFF Faculdades, e-mail: cintiamay@gmail.com
[2] Arquiteto e urbanista pela UFPR (1998), mestre em. Tecnologia (UTFPR/2005), docente da UFPR, e-mail: fernandes.ufpr@gmail.com

enquanto elemento da paisagem rural. Abrange o período colonial, o imperial, a fase após a implantação da Imperial Academia de Belas Artes no Rio de Janeiro e o período que vai do final do século XIX à primeira metade do XX, contemplando a influência de novas levas de imigrantes europeus e do modernismo.

2 METODOLOGIA

Realizou-se revisão de literatura buscando identificar obras pertinentes e relevantes, abrangendo artigos científicos, livros, teses e dissertações. Analisou-se a arquitetura contextualizando-a em seus contextos históricos, desde o período colonial (estabelecimento das primeiras ocupações rurais e interação das culturas ameríndias, europeias e africanas), passando pelo período imperial (repercussão do estabelecimento da Real Academia de Belas Artes no Rio de Janeiro) e da leva de colonos de origem europeia, do final do século XIX até meados do século XX. Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Conceitos gerais

A acepção de tradição na língua portuguesa corresponde a *símbolo, memória, recordação, uso, hábito* (FERREIRA, 2010). Considerando tais significados, tradição pode ser entendida como algo que vem de longa data (do passado, que se referencia a memória) e permanece como hábito. Assim, neste texto o termo tradição foi entendido como usos, costumes... Modos de fazer arquitetura rural que permaneceu até o século XX.

O termo rural, no português, busca designar o que "*pertencente ao campo ou à vida agrícola"* (FERREIRA, 2010).

Ao nos referirmos à arquitetura tradicional rural, referimo-nos àquela arquitetura resultado de costumes e modos de fazer consolidados pelo uso e que permaneceram em voga no meio rural por longos períodos (ao menos duas gerações) e que ainda eram praticados na segunda metade do século XX.

3.2 Período Colonial

Esse período, embora longínquo, foi de importância fundamental para a arquitetura rural brasileira e apresenta diversos elementos que até hoje a caracterizam e portanto constituem tradição. Foi nele que iniciou a relação entre portugueses, indígenas e africanos para a constituição de uma arquitetura rural particular. Essa arquitetura cunhada no contexto multicultural da colônia, resultando em experiência única e riquíssima.

Para Weimer (2008), na colônia, a arquitetura portuguesa passou a sofrer maior influência dos processos construtivos africanos para "construções ligeiras". Enquanto em Portugal as construções mais comuns eram de pedra e de taipa-de-pilão (de origem norte-africana, dos berberes), na colônia surgem exemplos de construções de diversas formas de taipa leve, mais rápidas e adequadas aos objetivos coloniais. Ou seja, não podemos considerar nossas primeiras construções como prolongamento das que se fazia na Europa. Para Lúcio Costa, a arquitetura popular do período colonial brasileiro seria mais interessante que a erudita em Portugal (MATOS; BARBOSA; CASTAÑON, 2013).

O clima foi, desde cedo, um forte condicionante (BRUAND, 2001 *apud* MATOS; BARBOSA; CASTAÑON, [S.d.]). Para alguns autores a arquitetura colonial brasileira, além da influência indígena e africana, foi fortemente influenciada por soluções visando o conforto ambiental inspiradas na arquitetura muçulmana. Tais soluções consistiram no

> uso de pequenas aberturas com elementos vazados, como o muxarabi, facilitando a entrada de luz e ar; pátios internos com fonte de água, com as mesmas funções higrotérmicas encontradas nas casas orientais; paredes de taipa e adobe, espessas para isolamento do calor; coberturas com telhas (telhado mourisco) e terraços (açoteias), que eram aproveitados para usos domésticos, sobretudo no verão; revestimento em azulejo e caiação. (SOUZA, p. 46, 2012).

Também foram condicionantes os instrumentos improvisados, os materiais locais e as tradições construtivas das populações locais que, logo deram à nossa arquitetura fisionomia particular. As nossas mais antigas edificações rurais eram de terra, taipa de pilão ou adobe, e cobertas com palha ou cerâmica tosca. As paredes eram brancas e as portas e janelas coloridas. A proteção térmica e das chuvas se dava pelos largos beirais e paredes grossas (MIRANDA *et al.*, 1995).

Na Região Sudeste, construções características deste período são as casas bandeiristas, da arquitetura rural paulista. Seu período vai do início da exploração da capitania de São Vicente até os anos de 1700, quando surge o partido mineiro (AUGUSTO, 2010). Como exemplo, cita-se a casa bandeirista do Sítio do Padre Inácio, em Cotia, próximo da Capital de São Paulo (Figura 1). A presença de artistas pode ser percebida em detalhes como: colunas de

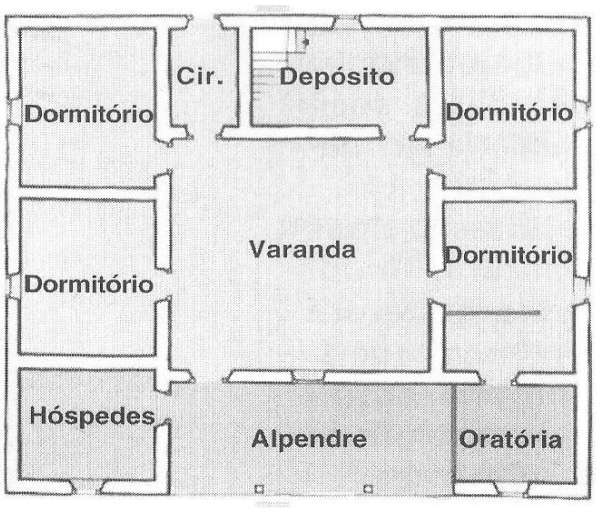
bela perfilatura, beirais com “cachorros” e recorte apurado (MIRANDA *et al*., 1995). A Figura 01 também mostra a simetria presente na fachada do sítio, o que denota intenção estética na sua composição.

Figura 1 – Sítio do Padre Inácio em Cotia/SP

Fonte: www.vitruvius.com.br (2014)

Na Figura 2 observa-se o programa simples dessas construções bandeiristas: varanda frontal ladeada pelo quarto de hóspede e oratório, sala central, que servia de área de convivência, e quartos laterais. No centro a varanda, onde também eram servidas as refeições. Os primeiros compartimentos, que serviam de recepção, assim como alpendres, átrios e corredores, que levavam à sala da frente, eram acessíveis aos visitantes. Os cômodos da família senhorial ficavam no meio da casa por questões de proteção. Aos fundos ficavam os ambientes destinados aos serviços domésticos: varandas, sala de jantar, seguidas de puxado onde se localizavam cozinha e depósitos.

Figura 2 – Planta do sítio do Padre Inácio



Fonte: Silva, 2004 *apud* Lemos, 1999

A casa bandeirista se assemelha às demais casas senhoriais da época escravista e era separada em construções satélites. A família senhorial ocupava a casa principal, que era isolada, como no exemplo do Sítio do Padre Inácio (Fig. 01 e 02) (SILVA, 2004).

No século XVIII os beirais ainda eram grandes, mas as vedações eram de taipa fina e não serviam como sustentação dos telhados. As construções rurais, em sua maioria, eram de autores desconhecidos.

Segundo Lemos (1989, *apud* SILVA, 2004), no início da colonização havia dois tipos de construções: as simples, com os escassos materiais disponíveis, geralmente de barro e cobertos com palha, misturando práticas portuguesas e indígenas; e os fortes e fortalezas, produtos de engenheiros militares que vinham de Portugal. Ainda segundo o autor, o Brasil possuía "ilhas culturais" com variantes arquitetônicas: Minas, no ciclo do ouro; zona fluminense, na época do açúcar; e São Paulo, na época dos bandeiristas.

Em se tratando de edificações rurais construídas, a literatura aponta para um legado original e diverso. Com configurações variando de uma região para outra em função dos climas, materiais disponíveis, processos históricos de ocupação, adaptações e associações entre as tradições construtivas de diferentes povos.

Mas ao falarmos de tradição arquitetônica rural referimo-nos às práticas e características arquitetônicas que sobreviveram ao processo histórico de seleção e continuam usuais. É inegável que a prática dos projetistas e executores da arquitetura rural atual no Sul e no Sudeste diverge da de seus antecessores. Mas, mesmo assim, ao comparar-se a arquitetura

rural de períodos anteriores com a atual, pode-se dizer que certas características permanecem e caracterizam tradição. Dentre estas se citam algumas:

- O uso de beirais (em diferentes formatos e tamanhos) em contraste com as platibandas empregadas nas regiões comerciais dos aglomerados urbanos. Presentes desde as primeiras construções rurais foram elementos importantes para a adaptação aos climas brasileiros.

- As varandas ou alpendres, presentes nas habitações e em outras edificações rurais, com funções múltiplas (para o lazer, descanso e trabalho), também desde cedo foram incorporadas e estão firmemente estabelecidas no imaginário coletivo quanto aos elementos da paisagem rural. Com o tempo tornaram-se comuns varandas que agregam também as funções de lavanderia e garagem (muito comum é a varanda de fundos, com acesso ao banheiro, tanque, lavatório e local para lavar os pés). Mas as mais comuns são as varandas na frente das residências, para receber visitas, observar a propriedade...

- Também permanece a busca pelo conforto ambiental por meios diversos: sombreamento propiciado por varandas, beirais e vegetação; ventilação de áticos; pés-direitos generosos entre outros.

3.3 Influência da Imperial Academia de Belas Artes: Neoclássico e Ecletismo

A transferência da corte para o Brasil, em 1808, cria uma ruptura com o passado. O neoclássico imediatamente implantado na Corte influiu nas sedes das fazendas, cujos proprietários, muitas vezes formados na Europa, aceitavam com facilidade as formas urbanas de uma arquitetura nova (MIRANDA *et al.*, 1995). O neoclassicismo se consolidou e expandiu através da sistematização de seu ensino com a inauguração da Imperial Academia de Belas Artes, em 1826.

Em Minas Gerais, na arquitetura de sedes de fazendas, entrou em substituição às construções rústicas. Os casarões se tornaram amplos, com pé-direito de 4 m (SOARES; FILHO, 2008 *apud* GRIEG, 2000). Os responsáveis pela construção dessas casas eram os mestres-construtores, que seguiam com suas equipes de fazenda em fazenda (CRUZ, 2012).

Em São Paulo, o neoclássico e o ecletismo correspondem ao período do ciclo do café no Vale do Paraíba. A absorção do neoclássico na arquitetura rural, no entanto, ocorreu de maneira simplificada. A vida nas fazendas de café no século XIX no Vale do Paraíba era muito diferente da vida campestre europeia do mesmo período. Os fazendeiros e construtores

aproveitaram do estilo detalhes que serviam de sinais de sua modernização, tais como: entablamentos, molduras, pestanas de janelas, capitéis sugeridos sobre pilastras dos cunhais. A contribuição mais importante à arquitetura da casa grande foi a maior ordenação na composição da fachada, dando-lhe aspecto mais erudito (MIRANDA *et al.*, 1995).

Ainda em São Paulo, a partir de 1850, melhores estradas e implantação de ferrovias propiciaram aos fazendeiros trazer das capitais esquadrias de melhor qualidade e desenho, ornamentos, luminárias, ladrilhos, aparelhos sanitários, de fabricação industrial e origem europeia. Neste momento ocorreu a introdução do ecletismo (MIRANDA *et al*, 1995). No início esses elementos eram escolhidos de forma aleatória, variando de acordo com o gosto do proprietário, e aplicados em edificações de feições Neoclássicas. Ao final do ciclo do café, contudo, as sedes de fazenda passaram a ser totalmente ecléticas. Muitas edificações tiveram projeto de arquitetos atuantes no Rio de Janeiro. Com relação à divisão interna das casas, as mudanças introduzidas pelo neoclássico demoraram a ser absorvidas. As fazendas mais antigas ainda seguiam os modelos tradicionais, setecentistas. Não tinham corredores para organizar a circulação e possuíam alcovas no lugar de quartos com janelas abrindo para fora (MIRANDA *et al*, 1995).

Dentre as influências da Imperial Academia de Belas Artes, especialmente em edificações de proprietários com maior poder aquisitivo, em edificações de maior porte, citam-se: a melhor ordenação da composição das fachadas; os pés-direitos amplos; e molduras de portas e janelas.

Por outro lado, não consolidaram-se como tradição os adornos dos estilos ecléticos e neoclássicos, como entablamentos, capitéis e outros recursos estéticos.

3.4 Influência da imigração europeia

Posenato (*in* MARCONDES; BELLOTTO, 2005) comenta que em fins do século XIX o Brasil era o último país do ocidente onde ainda havia escravidão. O fim dela estava próximo e os cafeicultores tinham consciência disso. Na época, a Europa passava por grave crise, doenças endêmicas, superpopulação e desemprego causado pela Revolução Industrial. Milhares de europeus deixaram o Velho Mundo. A imigração, com destaque para a italiana, não apenas evitou o colapso como permitiu avanço da lavoura cafeeira no Brasil e a industrialização no país. Foi idealizada como substituição ao trabalho escravo (POSENATO, 1997).

Também foram objetivos da política de imigração no período imperial e republicano: povoamento de terras no Rio Grande do Sul, com uso da mão de obra livre branca; incremento econômico; e defesa das fronteiras. Havia ainda a intenção de branqueamento da raça, postura assumida pela elite intelectual e de legisladores do império.

Assim, a colonização do Rio Grande do Sul deu-se principalmente por açorianos, alemães e italianos (HERÉDIA, 2001). De 1874 a 1914 entraram mais de 1.5 milhões de italianos no Brasil, 70% ficou em São Paulo. A concessão de terras funcionou como atração aos imigrantes (POSENATO, 1997).

3.4.1 Influência italiana

A arquitetura colonial italiana (1875 a 1960) esteve presente em vários estados do país, mas mais nitidamente nos do Sul (IROQUEZ, *in* WEIMER, 1987). As colônias agrícolas em sistema de pequenas propriedades com imigrantes italianos ocorreram nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo e Paraná (POSENATO, *in* MARCONDES; BELLOTTO, 2005). A arquitetura de colonização italiana nas pequenas propriedades possuía linguagem própria. Usava materiais locais e buscava o conforto ambiental, que era proporcionado pelo uso da inércia térmica, da ventilação natural e controle da insolação e sombreamento (POSENATO, *in* MARCONDES; BELLOTTO, 2005). No princípio, as construções dos imigrantes italianos eram provisórias. A prioridade era a atividade produtiva, então a arquitetura recebia atenção secundária. As primeiras casas eram choupanas e palhoças para abrigo por poucos anos. As paredes eram de taipa rústica ou madeiras macias verdes rachadas de forma grosseira e cobertura de palhas. Na sequência, construíam acomodações para durar de 10 a 20 anos, de pedras brutas, taipa simplificada, cobertura de tabuinhas rachadas (*Ibidem*). As cabanas tinham cozinha no térreo e dormitório na água furtada. Novaes (1980, *apud* POSENATO, 1997) afirma que as casas de sobrado foram uma solução contra as feras da floresta, como as onças. Havia uma escada transponível que de noite era retirada.

À época do estabelecimento das casas que lhes seriam mais definitivas, os espaços nas pequenas propriedades rurais eram organizados segundo as atividades. Tais locais se agrupavam em: casa, cozinha, instalações domésticas de apoio, edificações complementares e lotes. A casa era o volume principal, tanto devido às proporções quanto no cuidado construtivo. Normalmente possuía mais de um pavimento. No Rio Grande do Sul e Santa

Catarina apresentavam: porão, ala residencial com sala de visitas e quartos; sótão para depósito de cereais e eventualmente servir de dormitório. A cozinha era um ambiente separado, ligado a casa por corredor coberto. As instalações de apoio ficavam junto a casa e cozinha, provendo os serviços de lavagem de roupas, sanitários e forno. As edificações complementares completavam o conjunto de espaços organizados, decorrentes das finalidades de produção: abrigos para animais e implementos agrícolas, depósito para cereais, forragem, lenha, oficinas (Ibidem).

Em suma, em se tratando da influência da arquitetura praticada por colonizadores de origem italiana, consolidaram-se como tradição por serem utilizados: a preocupação com o conforto ambiental (utilizando recursos como a ventilação natural, o controle da insolação e a inércia térmica); a utilização do porão como depósito de cereais e equipamentos; a organização geral do conjunto de edificações, com proximidade entre residência, o abrigo de animais e edificações de suporte a produção (hoje, garagens de tratores e equipamentos agrícolas, oficinas...).

Não permaneceram como tradição: cozinha separada do corpo da residência; sótão como depósito de cereais; e os materiais de construção, que se adaptaram à maior facilidade e disponibilidade propiciada pela industrialização.

3.4.2 Influência alemã

No Sul do Brasil, Weimer (1983) aponta como solução própria do imigrante alemão (teuto-brasileiro), nas residências mais antigas, a separação entre casa e cozinha. Era uma medida preventiva contra incêndio. Tal costume não foi verificado pelo autor na Alemanha. O edifício da cozinha tinha dois espaços: o de cozinhar e o das refeições. Eram separados por uma parede em enxaimel, tabique de madeira ou corredor. Esta edificação era simples, com telhado em duas águas e abaixo um porão, onde se guardava a lenha.

A arquitetura alemã enxaimel[1] é uma característica marcante da colonização europeia e marca várias cidades catarinenses e gaúchas. Segundo Veiga (2014), o enxaimel foi muito usado em países do centro e norte da Europa desde o final da Idade Média até a Revolução Industrial. A técnica caracteriza-se pela construção de paredes formadas por uma estrutura de madeira, com peças verticais, horizontais e inclinadas e encaixadas umas nas outras, sem o uso de pregos. Os espaços vazios eram preenchidos normalmente com taipa. A partir do século XVIII o tijolo passou a ser adotado como preenchimento nas paredes das casas do

norte da Alemanha (Veiga, 2014 *apud* Weimer, 2005). Ainda de acordo com Veiga (2014), enxaimel é uma técnica construtiva, não estilo. E, neste caso, a madeira ficava aparente na fachada.

Na época da colonização alemã no Brasil já não se utilizava o enxaimel na Alemanha, devido à falta de madeira e modernização das técnicas de construção. A partir da segunda metade do século XIX os imigrantes que vieram para Santa Catarina adotaram a técnica na construção de suas residências, com adaptações às necessidades e recursos locais. Havia fartura de madeira e foram usados tijolos como preenchimento. Outra adequação ao clima foram varandas, não encontradas nas construções na Alemanha (VEIGA, 2014, *apud* Weimer, 2005). Tais construções no Brasil ocorreram, de modo geral, em regiões rurais, diferindo do caráter urbano que tinha o enxaimel na Europa.

O enxaimel praticado na área rural do Rio Grande do Sul era simplificado e houve integração das várias correntes do sistema construtivo tal como praticado na Alemanha. Weimer (1983) observou que no Rio Grande do Sul o enxaimel evoluiu no sentido de integração de formas. E a simplificação foi o meio usado para se conseguir tal integração, dada não por intenção original, mas condicionados pelas circunstâncias existentes.

A Figura 3 ilustra uma casa rural em enxaimel, com varanda na frente e fechamento em tijolos. Em Santa Catarina esta técnica foi utilizada até as primeiras décadas do século XX, a partir daí tornou-se obsoleta frente às novas técnicas construtivas (VEIGA, 2014).

Figura 3 – Casa em enxaimel na região rural de Blumenau

Fonte: Veiga, 2014

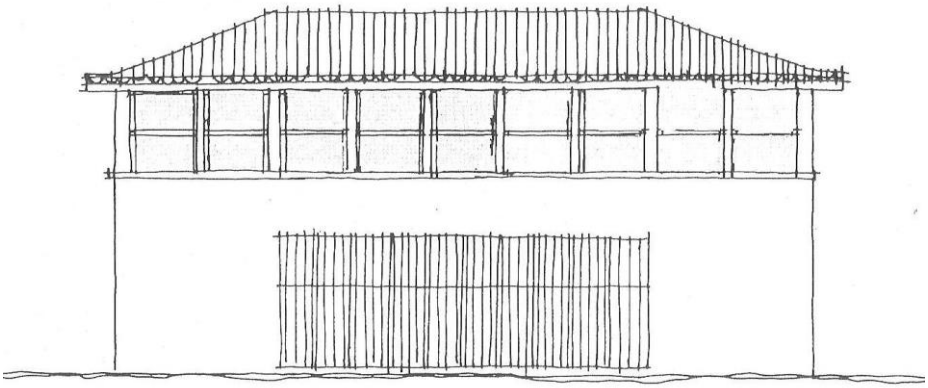
Cabe aqui observação: não confundir o enxaimel com o neoenxaimel. Entre fins de 1970 e início dos anos de 1980, houve uma iniciativa e estratégia governamental do Estado de Santa Catarina para atração de turistas. Para isto foram produzidas obras em neoenxaimel e promovidas festas típicas. Blumenau foi a primeira cidade a receber tais obras e festividades. Neoenxaimel foi uma tendência arquitetônica que imitava o enxaimel, mas influenciou mais a estética urbana que a rural. Não havia a preocupação de seguir a técnica original. Os encaixes de madeira tornaram-se detalhes estéticos, sem função estrutural do original (Veiga, 2014, *apud* Flores, 1997, p. 74).

Em se tratando de tradição, consolidaram-se características em certa medida semelhantes às das comunidades de colonos italianos. Isto se deu pelas trocas culturais propiciadas pelo contato entre estas culturas, pois colonizaram praticamente as mesmas regiões. As cozinhas foram agregadas às residências com o tempo, mas ainda distinguem-se das cozinhas urbanas, sendo, sempre que possível são amplas e arejadas, adaptadas às particularidades da vida rural (fogão à lenha, preparo de doces, visual para a propriedade). Também é comum encontrar-se junto à residência o forno para preparo de pães e bolachas ou para assar carnes. Junto deste normalmente localiza-se uma churrasqueira, mesmo que improvisada. Cita-se também a presença de um compartimento específico para "despensa", onde são guardados alimentos e, às vezes, também serve para guardar louças e utensílios culinários.

3.5 Modernismo

Miranda *et al.* (1995) comentam que os ventos do modernismo só foram sentidos na arquitetura rural quando arquitetos renomados começaram a fazer casas de fazenda. As sedes modernas foram construídas em sítios de lazer, quando o café já estava em decadência. O arquiteto Flávio de Carvalho construiu uma sede de fazenda completamente diferente dos padrões tradicionais. Autores apontam uma particularidade: a influência da arquitetura do meio rural no espaço urbano, observada em Lúcio Costa, pioneiro da arquitetura moderna. Ele reintroduziu na cidade elementos da tradição rural (Figura 05). No entanto, no meio rural, o modernismo foi pouco influente por ser um movimento vinculado à academia. Ainda hoje, poucos arquitetos e engenheiros participam da produção das edificações rurais, que em sua maior parte não possuem projeto técnico e são de autoria dos proprietários ou de mestres de obras.

Figura 05 - Fachada de residência urbana de Lúcio Costa



Fonte: Miranda *et al.* (1995)

3.6 Tradição de jardins, hortas e pomares

Para além da arquitetura propriamente dita, mas intimamente relacionada com ela, ao falarmos da tradição na paisagem rural também cabe citar as permanências de jardins, hortas e pomares, espaços que interagem com a arquitetura na composição da propriedade. Assim, é apresentado breve percurso histórico dos jardins e pomares na paisagem rural brasileira.

A tradição de cultivo de jardins e pomares vem de longa data, são relatados desde os primórdios da colonização (DELPHIM, 2005). No Brasil Colônia a ação dos jesuítas conferiu ao jardim papel catequético. As plantas se destinavam a funções rituais, litúrgicas ou preenchiam a necessidade de produção de alimentos e ervas medicinais (DELPHIM, 2005). Até o século XVIII não se pode falar de um jardim brasileiro tradicional (com objetivos estéticos), mas de uma paisagem artificial, apoiada no pomar e nas áreas de criação de aves e animais domésticos (Ibidem).

Eneida Cruz (2011) em um estudo sobre o tratamento do espaço exterior e entorno imediato de casas-sede de fazenda produtoras de café no Sul de Minas e Vale do Paraíba Paulista, do século XIX e XX, verificou a presença de jardins, hortas e pomares, estes últimos para consumo próprio dos proprietários. Tal fato também ocorreu na região nordeste, adicionando ao conjunto da casa-grande-senzala um tratamento paisagístico definido por pomar, plantas decorativas e tentativas de enobrecer a propriedade (Oliveira *apud* Delphim, 2005). A autoria dos jardins, pomares e hortas cabia aos próprios proprietários.

Na maioria destas fazendas o jardim de flores exóticas ou nativas ficava ao lado da entrada principal, da porta da sala ou alpendre, em área cercada ou murada. Não só nas grandes propriedades, mas também nas pequenas casas de roceiros. Os roceiros usavam a vegetação como cercas, que eram necessárias para separá-los da vastidão dos campos, dos pastos, protegê-los do gado e de outros animais menores. Nas fazendas mais sofisticadas os jardins eram inspirados no barroco francês, revivido pelo ecletismo, com regularidade de caminhos, disposição geométrica e canteiros simétricos. Mas esta simetria era quebrada pela variedade das flores e sua falta de padronização. Funcionava mais como um viveiro de mudas, onde a dona da casa plantava todas as espécies que ganhava (Ibidem).

Ainda segundo a mesma autora, os jardins eram um mimo da senhora, os pomares ficavam por conta do dono da fazenda. A escolha do sítio obedecia a contingências físicas, como provimento de água, o sentido dos ventos, a topografia do terreno e a proximidade da casa-sede para os cuidados necessários e coleta dos frutos, sempre em época certa do ano, na dependência do regime de chuvas, incidência de sol, frio e calor. Não se dominavam os meios de controlar a produção. Jabuticabeiras e mangueiras eram arvores frutíferas obrigatórias nas fazendas.

Permanece até hoje o costume de usar a vegetação como cerca para separar a edificação da vastidão dos campos e proteção contra o gado e animais menores. Também o cultivo de flores e folhas ornamentais ao redor da edificação, geralmente sem padronização das espécies.

São raros os relatos sobre o paisagismo dos imigrantes italianos. Posenato (1997), num estudo sobre a ocupação italiana no Espírito Santo, comenta que as flores eram frequentes nos arredores da casa, de forma esparsa e raramente em forma de jardins organizados. Outro costume italiano era o cultivo de flores e folhas ornamentais em variadas vasilhas que já não serviam ao uso, como: latas, urinóis, panelas furadas. Tais recipientes eram dispostos em conjuntos, apoiados em peitoris, nos degraus de chão junto às paredes. O mesmo autor acrescenta que nas fazendas luso-brasileiras do Espírito Santo o caminho de chegada à sede era geralmente margeado por palmeiras, referência ao Império. Tal costume também influenciou os italianos nesta região do Brasil.

Os descendentes de imigrantes italianos no Brasil ainda têm o costume de cultivar hortas e pomares (POSENATO *in* MARCONDES; BELLOTO, 2005), assim como jardins de flores e folhagens de forma esparsa e raramente organizados.

Sobre a influência da imigração alemão no Brasil, Weimer (1983) comenta que geralmente a terra era dividida em: terras agrícolas, sede, potreiro e mato. A sede correspondia à residência, benfeitorias, jardim, pomar e horta. O potreiro era uma área para pasto do gado. O mato era um resto de floresta original da qual toda madeira de valor comercial já havia sido extraída. Seyferth (2011) comenta que o jardim e o pomar, juntamente com a casa, eram valorizados pelos imigrantes alemães. Relata texto de d'Amaral (1950):

> O alemão, a primeira cousa que faz quando se estabiliza economicamente, quando começa a produzir, é substituir sua casinha tosca, primitiva por outra melhor, até chegar à residência confortável de tijolos com cortinas na janela, seu jardim e seu pomar que são seu orgulho e constituem o ornamento por excelência da paisagem colonial. [...] (D'Amaral, 1950, p. 63).

O plantio de jardins na frente das residências ainda é costume dos povos de origem alemã em SC e no RS. Voigt *et al.* (2012) acrescentam que a organização do entorno das casas como traço típico da cultura germânica: com jardim na frente e pomar no quintal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentou um percurso histórico para a arquitetura enquanto elemento da paisagem rural. Abrange o período colonial, o imperial, o período após a implantação da escola de Imperial Academia de Belas Artes, a influência dos imigrantes europeus e o modernismo. A partir desse percurso construiu-se um entendimento sobre as origens e o que permanece como tradição na arquitetura rural do Sul e Sudeste brasileiros.

O artigo permite compreender que as tradições remanescentes estão sedimentadas em raízes longínquas, às vezes nos primeiros assentamentos rurais estabelecidos no país, ainda no período colonial.

Ainda, que a arquitetura rural brasileira, embora diversa, apresente repetição de certos elementos, ainda que com variações, mas que permitem apontar para uma arquitetura rural tradicional comum a amplas partes do sul e do sudeste brasileiros. Dentre estes elementos tradicionais destacam-se: os beirais generosos; as varandas ou alpendres; as cozinhas agregadas, mas adaptadas às particularidades da vida rural, as alamedas nas entradas das propriedades; os jardins e as hortas contíguas às moradias; e os pomares relativamente protegidos.

Como estudos futuros, dada a escassa literatura disponível, sugere-se aprofundar estudos sobre as diferentes culturas construtivas (americanas, africanas, europeias e asiáticas) que influenciaram e influenciam a arquitetura rural brasileira.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Marcelo Gaudio. **As transformações na arquitetura rural paulista pré-moderna**. VI EHA – Encontro de História da Arte – UNICAMP, 2010.

BERTUSSI, Paulo Iroquez. Elementos de Arquitetura de imigração italiana. *IN* WEIMER, Günter (org). **A Arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. pp. 122-123.

CRUZ, Eneida. Pomares e jardins das casas das fazendas de café: Serra do Bocaina no Vale do Paraíba e Serra da Mantiqueira no Sul de Minas. **Revista Labor e Engenho**, V. 5, nº. 4, 2011, pp. 89-105.

CRUZ, Cícero Ferraz. **Fazendas do sul de Minas Gerais: Arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX.** 2º Seminário de Paisajes Culturales Udelar/UPC (Conpadre nº 11, 2012). Cataluña, 2012.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Manual de intervenção em jardins históricos**. Iphan, Brasília, 1º edição, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p. ISBN 978-85-385-4198-1.

HERÉDIA, Vania. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização do Rio Grande do Sul. **Revista Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, nº 94, 2001. Disponível em < http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm>. Acesso em 06/10/2014.

MATOS, Bruna F. C.; BARBOSA, Maria T.G.; CASTAÑON, José A. B. A Relação Entre as Técnicas, Materiais e Conforto Ambiental na Concepção da Arquitetura Luso-Brasileira. 2013, Vitória: [s.n.], 2013.

MIRANDA, Alcides da Rocha; CZAJKOWISK, Jorge; CRUZ, Pedro Osvaldo; PIRES, Fernando Tasso Fragoso; MERCADANTE, Paulo. **Fazendas: solares da região cafeeira do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

POSENATO, Júlio. **Arquitetura da imigração italiana no Espírito Santo**. Porto Alegre: Editora Posenato; Ed. Cultura, 1997.

_____. A arquitetura do norte da Itália e das colônias italianas de pequena propriedade no Brasil. *In* **Turbulência cultural em cenários de transição. O século XIX Ibero americano**. Neide Marcondes e Manoel Belloto (org.). Ed. Edusp, 2005.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultura da imigração. **Revista RBCS**, vol. 26, nº 77, outubro 2011, pp. 47- 62.

SILVA, Nery Luiz Auler. **Arquitetura Rural do Planalto Médio do século XIX. Antigas Fazendas.** Ed. Impressa Livre. Porto Alegre, 2004.

SOARES, Geísa Martins; FILHO, Nelson Antonio Quadro Vieira. As fazendas dos Barões do Café no Brasil: Patrimônio histórico rural e turismo. **Revista Reuna**, v. 13, nº3, pp. 41-53, 2008. Belo Horizonte.

SOUZA, PHMP. O conforto ambiental na arquitetura colonial brasileira: heranças muçulmanas. **ARCHITECTON-Revista de Arquitetura e Urbanismo** v. 02, p. 41–54 , 2012. Disponível em: <http://www.faculdadedamas.edu.br/revistas/index.php/arquitetura/article/view/202>. Acesso em: 15 set. 2014.

VEIGA, Maurício Biscaia. Arquitetura neoenxaimel em SC: a invenção de uma cultura típica. **Revista Confluências Culturais**, v. 3, n. 1, pp. 81-98, 2014.

VOIGT, Elizandra; ROSSO, Beatriz Deprá; BEZZI, Meri Lourdes. **A contribuição da cultura alemã e italiana para o espaço rural de Santa Maria/RS/Brasil.** XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Outubro de 2012.

WEIMER, Günter. **Arquitetura da imigração alemã. Um estudo sobre a adaptação centro-europeia ao meio rural no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Nobel; Ed. da Universidade, 1983.

WEIMER, Günter. **Inter-relações arquitetônicas Brasil-África. In: Artigos, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. 2008. Disponível em: http://www.ihgrgs.org.br/artigos/Gunter_Brasil_Africa.htm.

Notas

[1] A palavra enxaimel tem origem incerta, uma vez que seu original no alemão é completamente diferente *Fachwerkbau* (ou apenas *Fachwerk*) e significa "construção em prateleiras". A palavra enxaimel é usada na obra de Weimer (2005) com o mesmo significado do alemão (VEIGA, 2014) e assim será usado neste texto também.